



FUNDO DE SOLIDARIEDADE

Relatório e Contas 2017



Ms

ÍNDICE

.....			
A	Situação económica e financeira		3
B	Execução orçamental 2017		8
C	Demonstrações financeiras de 2017		11
	Balanço		12
	Demonstração dos resultados por naturezas		13
	Demonstração dos fluxos de caixa		14
	Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais		15
	Anexo		16



M

A - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 - Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido no ponto 6 do artigo 2º do regulamento de Apoios Sociais, apresentamos o Relatório e Contas de 2017, do Fundo de Solidariedade Social da Ordem dos Médicos.

2 - Rendimentos

Os rendimentos são provenientes essencialmente de três rubricas – rendas, participações efetuadas pelas regiões e os juros das aplicações financeiras.

As rendas dos imóveis afetos ao mercado de arrendamento têm nos últimos anos vindo a consolidar posição sendo atualmente a principal receita do Fundo de Solidariedade, no entanto, não geram receita suficiente para suportar toda a atividade.

As participações das Regiões em 2017 dizem respeito a 2% das quotizações recebidas pela Ordem dos Médicos, conforme definido estatutariamente. Em 2016, primeiro ano da aplicação dos novos estatutos, o Fundo de Solidariedade contou com a participação referente ao patrocínio da AGEAS (aproximadamente 40% do seu valor total), que já era a receita habitual e a nova receita, referente a 2% das quotizações recebidas, o que explica o montante anormalmente elevado de participações das regiões que se verificou neste ano.

Os juros dos depósitos passaram a ter pouca relevância, devido às taxas de remuneração dos capitais aplicados estarem próximo de zero.

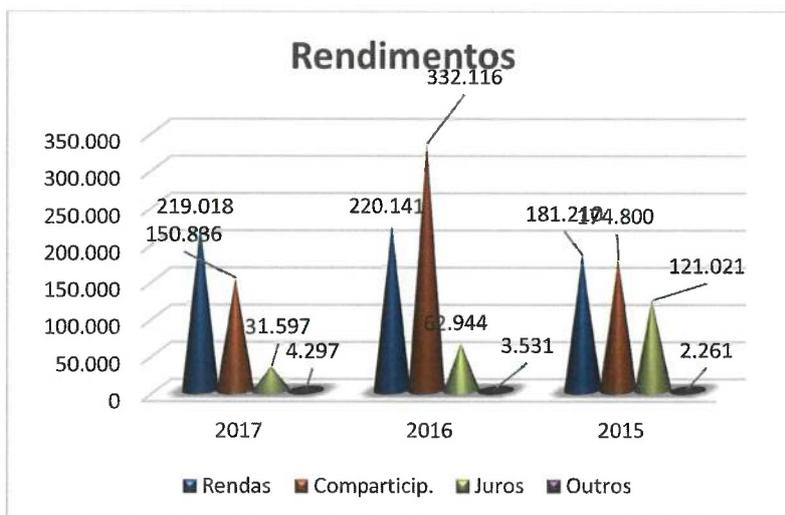
No mapa abaixo são apresentadas as rubricas que constituem os rendimentos do Fundo de Solidariedade.

	2017	2016	2015	Varição 17/16	Varição 16/15
Rendas	219.018	220.141	181.210	-0,51%	21,48%
Participações das Regiões	150.836	332.116	174.800	-54,58%	90,00%
Juros de depósitos	31.597	62.944	121.021	-49,80%	-47,99%
Outros	4.297	3.531	2.261	21,72%	56,15%
TOTAL	405.748	618.732	479.292	-34,42%	29,09%



M

No gráfico abaixo é apresentado o comparativo dos rendimentos nos anos de 2017, 2016 e 2015.



Abaixo é apresentado o quadro com a evolução da receita para os três últimos anos por edifício.

	2017	2016	2015	Variação 17/16	Variação 16/15
Rendas Av Almirante Reis	119.407	112.779	101.841	5,88%	10,74%
Rendas Rua António Patrício	57.008	64.265	39.228	-11,29%	63,82%
Rua Marques Leitão	42.603	43.097	40.141	-1,15%	7,36%
TOTAL	219.018	220.141	181.210	-0,51%	21,48%

O decréscimo verificado nas rendas da Rua António Patrício de 2016 para 2017, deve-se ao facto de uma das frações ter entrado em obras de reabilitação, tendo sido arrendado apenas no último trimestre de 2017. A variação verificada na Rua Marques Leitão está associada à cobrança de retroativos em 2016, de cerca de 600 euros.

As Comparticipações das Regiões referentes à comparticipação de 2% das quotas recebidas são as que constam no mapa seguinte.

	2017	2016	Variação
Região Norte	57.218	58.935	-2,91%
Região Sul	66.194	70.755	-6,45%
Região Centro	27.424	25.978	5,56%
TOTAL	150.836	155.668	-3,10%

No que concerne aos montantes de "Caixa e depósitos", podemos constatar da leitura do mapa apresentado abaixo, que têm vindo a ser reforçados anualmente. O mapa abaixo também permite verificar que a



diminuição dos rendimentos dos juros das aplicações, está relacionado com a quebra das taxas de juro e não com os montantes aplicados.

u

Descrição	2017	2016	2015
Caixa	1.500	1.500	500
Depósitos à ordem	1.342.561	1.287.604	172.744
Outros depósitos bancários	2.102.000	3.100.000	4.250.000
Fundo Mutualista	4.356.728	3.152.492	3.041.293
Total	7.802.788	7.541.596	7.464.537

Outros depósitos referem-se a aplicações a prazo, nos bancos Santander Totta, e Millennium BCP, que tiveram taxas de remuneração do capital entre 0,2% e 0,3%. As aplicações no ano transato tinham tido taxas de entre os 0,3% e 0,4% e em 2015, as taxas tinham-se situado entre 0,6% e 1,25%.

3 - Gastos

O total dos gastos incorridos nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 detalha-se como mostrado no quadro abaixo e no gráfico da página seguinte:

	2017	2016	2015	Varição 17/16	Varição 16/15
Gastos					
CMVC	495			100,0%	
Fornecimentos e serviços externos					
Trabalhos especializados	2.042	95.661	10.844	-97,9%	782,1%
Honorários	13.560	12.251	13.375	10,7%	-8,4%
Serviços bancários	887	1.333	1.766	-33,5%	-24,6%
Material de escritório	193	68	268	183,5%	-74,6%
Deslocações	1.950	993	1.414	96,4%	-29,8%
Conservação e reparação	11.669	14.471	3.347	-19,4%	332,3%
Eletricidade	1.409	1.632	1.786	-13,6%	-8,6%
Combustíveis		0	20	0,0%	100,0%
Água	955	1.266	990	-24,5%	27,9%
Comunicações	48	24	38	100,0%	-36,5%
Seguro	3.206	3.197	3.178	0,3%	0,6%
Limpeza	8.148	6.463	5.104	26,1%	26,6%
Artigos para oferta e outros	416	364	63	14,2%	476,2%
	44.482	137.723	42.194	-67,7%	226,4%
Gastos com o pessoal	13.074	12.979	12.731	0,7%	1,9%
Gastos depreciação e amortizações	123.494	121.408	100.923	1,7%	20,3%
Subsídios					
Subsídios de assistência	157.908	149.694	153.512	5,5%	-2,5%
Donativos a subsidiados	0	0	3.720	0,0%	-100,0%
	157.908	149.694	157.233	5,5%	-4,8%
Outros gastos					
Impostos directos	10.696	4.670	4.122	129,0%	13,3%
Impostos indirectos	3.368	2.820	3.102	19,4%	-9,1%
Taxas	1.039	1.321	997	-21,3%	32,5%
Outros	6.982	16.179	591	-56,8%	2637,6%
	22.085	24.991	8.813	-11,6%	183,6%
Total de gastos	361.538	446.795	321.894	-19,1%	38,8%



O montante excecionalmente elevado dos trabalhos especializados de 2016 está associado ao estudo Burnout, orçamentado e executado em 2016 no montante de 91.635 euros. Retirando esta situação, que foi excecional, podemos verificar que esta rubrica tem um comportamento regular.

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos, assim como com impostos e taxas, estão relacionados com os edifícios arrendados, exceção à rubrica "Honorários" que está adstrita a serviços de assistência social, no âmbito do acompanhamento e avaliação dos subsidiários. A evolução desta última rubrica está diretamente relacionada com o número de visitas e o número de relatórios emitidos em cada ano.

O incremento que se verificou na rubrica de impostos indiretos tem a ver com uma nova tributação – o Adicional sobre o Imposto Municipal de Imóveis (AIMI), que foi criado em 2017 e cobrado em 2017.

No gráfico abaixo é apresentada a evolução dos gastos de 2015 a 2017.



4 - Resultado

No balanceamento entre os rendimentos e os gastos do período, obtêm-se um resultado líquido positivo, conforme mapa abaixo.

	2017	2016	2015	Varição 17/16	Varição 15/14
Rendimentos	405.748	618.732	479.292	-34,42%	29,09%
Gastos sem depreciações	-238.044	-325.387	-220.971	-26,84%	47,25%
Resultados antes de depreciações	167.705	293.345	258.321	-42,83%	13,56%
Depreciações	-123.494	-121.408	-100.923	1,72%	20,30%
Total	44.210	171.937	157.398	-74,29%	9,24%



O decréscimo verificado nos resultados quando comparados com 2016, está relacionado com a nova composição das receitas do Fundo de Solidariedade. O volume atual de receitas parece ser adequada para a atual estrutura de gastos.

5 – Fundo patrimonial

Em 2017 fruto do resultado positivo das operações, os Fundos Patrimoniais foram reforçados em 44.210 euros conforme mostrado no mapa que se segue:

	2017	2016	2015
Fundos	6.400.299	6.400.299	6.400.299
Resultados transitados	2.051.627	1.879.691	1.722.293
Outras variações do fundo patrimonial	2.342.908	2.342.908	2.342.908
Resultado líquido do período	44.210	171.936	157.399
Total do fundo patrimonial	10.839.045	10.794.835	10.622.899



Handwritten signature in blue ink.

B - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ORDEM DOS MÉDICOS - Fundo de Solidariedade
Relatório e Contas 2017



Al

Execução orçamental							
	Realizado 2017	Orçamento 2017	Realizado 2016	Δ 2017/orç		Δ 2017/2016	
				Quantia	%	Quantia	%
Rendimentos							
Rendas de prédios urbanos	219.018	222.289	220.140	3.271	98,5%	-1.122	-0,5%
Quota parte das quotizações	150.836	157.400	155.668	6.564	95,8%	-4.832	-3,1%
Comparticipações			176.448	0	100,0%	-176.448	-100,0%
Outros Rendimentos	4.297	1.000	3.531	-3.297	429,7%	766	21,7%
Juros Bancários	31.597	40.163	62.944	8.566	78,7%	-31.347	-49,8%
	405.748	420.852	618.731	15.104	96,4%	-212.983	-34,4%
Gastos							
Fornecimentos e serviços externos							
Trabalhos Especializados	2.042	6.500	95.661	4.458	31,4%	-93.619	-97,9%
Honorários	13.560	16.679	12.251	3.119	81,3%	1.309	10,7%
Conservação e reparação	11.669	10.000	14.471	-1.669	116,7%	-2.802	-19,4%
Serviços bancários	887	2.000	1.333	1.113	44,3%	-446	-33,5%
Ferramentas e utensílios desg. rápido	48	100	14	52	47,9%	34	237,3%
Material de escritório	145	100	68	-45	144,8%	77	112,9%
Artigos para oferta	416	200	350	-216	208,1%	66	18,9%
Eletricidade	1.409	2.000	1.632	591	70,5%	-223	-13,6%
Água	955	1.200	1.266	245	79,6%	-311	-24,5%
Deslocações e estadas	1.950	1.000	993	-950	195,0%	957	96,3%
Comunicações	48	50	24	2	96,0%	24	100,0%
Seguros	3.206	3.200	3.197	-6	100,2%	9	100,0%
Limpeza higiene e conforto	8.148	6.000	6.463	-2.148	135,8%	1.685	26,1%
	44.482	49.029	137.723	-4.547	-9,3%	-93.241	-67,7%
Gastos com o pessoal	13.074	12.689	12.979	-385	103,0%	95	0,7%
Amortizações	123.494	126.908	121.408	3.414	97,3%	2.086	1,7%
Outros gastos							
Beneficiários							
Subsídios de assistência	157.908	172.370	149.694	14.462	91,6%	8.214	5,5%
Pensões de invalidez	0	1.000	0	1.000	0,0%	0	0,0%
Subsídios por morte	0	1.000	0	1.000	0,0%	0	0,0%
Total beneficiários	157.908	174.370	149.694	16.462	90,6%	8.214	5,5%
Impostos, taxas e outros							
Impostos diretos	10.696	4.670	4.670	-6.026	229,0%	6.026	129,0%
Impostos indiretos	3.368	3.000	2.820	-368	112,3%	548	19,4%
Taxas	1.039	1.000	1.321	-39	103,9%	-282	-21,3%
Outros	7.477	5.000	16.179	-2.477	149,5%	-8.702	-53,8%
Total de impostos, taxas e outros	22.580	13.670	24.991	-8.910	165,2%	-2.411	-9,6%
Total de outros gastos	180.488	188.040	174.685	7.552	96,0%	5.803	3,3%
Total de gastos	361.538	376.666	446.795	15.128	96,0%	-85.257	-19,1%
Resultado do período	44.210	44.186	171.936	-24	100,06%	-127.726	-74,3%



M

Execução orçamental - Investimentos

	Realizado 2017	Orçamento 2017	Realizado 2016	Δ 2017/orç		Δ 2017/2016	
				Quantia	%	Quantia	%
.....							
<u>Reabilitação de Imóveis</u>							
Rua Coronel Marques Leitão		26.000	29.671	26.000	0,0%	-29.671	-100,0%
Rua António Patrício	16.664	14.000	27.146	-2.664	119,0%	-10.482	-38,6%
Av. Almirante Reis	5.318	15.000	142.988	9.682	35,5%	-137.670	-96,3%
	21.982	55.000	199.805	33.018	40,0%	-177.823	-89,0%

Em termos globais o orçamento foi integralmente cumprido ficando o resultado real acima 0.06% do resultado orçamentado para o ano de 2017, conforme mostrado no quadro resumo abaixo.

Execução orçamental

	Realizado 2017	Orçamento 2017	Realizado 2016	Δ 2017/orç		Δ 2017/2016	
				Quantia	%	Quantia	%
.....							
Rendimentos	405.748	420.852	618.731	15.104	96,4%	-212.983	-34,4%
Gastos	361.538	376.666	446.795	15.128	96,0%	-85.257	-19,1%
Resultado do período	44.210	44.186	171.936	-24	100,06%	-127.726	-74,3%

A análise à execução orçamental, mostra que o ligeiro decréscimo dos rendimentos (3,6%), foi acompanhado pelo também ligeiro decréscimo dos gastos (4%).

As rendas ficaram abaixo do orçamentado para o ano, devido a uma das frações arrendadas ter ficado disponível e ter entrado de seguida em obras de beneficiação, pelo que não gerou rendimento.

As participações das Regiões ficaram 4,2%, abaixo do orçamentado, com o impacto de 6.594 euros nas receitas do Fundo de Solidariedade.

Os juros das aplicações bancárias, apesar de terem sido estimados com base em previsões muito cautelosas, tiveram ainda assim um valor mais baixo realizado, como consequência das taxas efetivamente praticadas, A variação de uma décima percentual, em aplicações de montantes elevadas, como as detidas pelo Fundo, concorrem sempre para diferenças significativas de estimativa.

Os gastos realizados com a reabilitação de Imóveis, ficaram bastante abaixo do orçamento. Sobretudo devido às obras previstas para o edifício da Rua Coronel Marques Leitão, não terem arrancado.

Para o ano de 2017 estavam orçamentados 55.000 euros para obras e só foram executados 21.982 euros.

Por fim, refira-se que com a entrada da Lei nº42/2016 de 28 de dezembro de 2016 (orçamento do estado para 2017), criou o Adicional ao imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), que não foi orçamentado, o que explica o desvio orçamental na rubrica impostos. O AIMI cobrado em 2017 foi de 6.103 euros, o que implicou um desvio nesta rubrica de 6.026 euros.

Contabilista Certificado	Comissão Executiva de Gestão	
18559	Bastonário	Presidente
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Prof. Pinto Hespanhol



M

C – Demonstrações financeiras



Balço do período findo em 31 de dezembro de 2017			
Rubricas	Notas	2017	2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2.844.045	2.945.557
Investimentos financeiros	12.3		3.152.492
Subtotal		2.844.045	6.098.050
Ativo corrente			
Inventários	7	637	0
Créditos a receber		791	2.681
Estado e outros entes públicos	14.1	7.007	10.812
Entidades Associadas	12.1	226.826	324.129
Diferimentos	14.2	780	788
Outros activos correntes	12.2	4.382.712	37.774
Caixa e depósitos bancários	4; 12.3	3.446.061	4.389.104
Subtotal		8.064.814	4.765.289
Total do ativo		10.908.859	10.863.339
Fundo patrimonial e passivo			
Fundo patrimonial			
Fundos	14.3	6.400.299	6.400.299
Outras variações do fundo patrimonial	14.3	2.342.908	2.342.908
Resultados transitados	14.3	2.051.627	1.879.691
Subtotal		10.794.834	10.622.899
Resultado líquido do período	14.3	44.210	171.936
Total dos fundos patrimoniais		10.839.045	10.794.835
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		833	38.174
Estado e outros entes públicos	14.1	675	743
Entidades Associadas	12.1	33.599	
Diferimentos	14.2	12.772	12.865
Outras passivos correntes	12.2	21.936	16.723
Subtotal		69.814	68.504
Total do passivo		69.814	68.504
Total do fundo patrimonial e do passivo		10.908.859	10.863.339

Contabilista Certificado	Comissão Executiva de Gestão	
18559	Bastonário	Presidente
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Prof. Pinto Hespagnol



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2017

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	495	
Subsídios, doações e legados á exploração	8	1.132	
Custo das mercadorias vendidas	7	-495	
Fornecimentos e serviços externos	9	-44.482	-137.723
Gastos com pessoal	13	-13.074	-12.979
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Outros rendimentos	8	372.524	555.787
Outros gastos	10	-179.993	-174.685
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		136.108	230.400
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6	-123.494	-121.408
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.613	108.992
Juros e rendimentos similares obtidos	8	31.597	62.944
Resultado antes de impostos		44.210	171.936
Imposto sobre o rendimento do período	11	0	0
Resultado líquido do período		44.210	171.936

Contabilista Certificado	Comissão Executiva de Gestão	
18559	Bastonário	Presidente
		
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Prof. Pinto Hespagnol



Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	Notas	2017	2016
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		206.537	208.263
Pagamento a Fornecedores		-54.797	-4.143
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		151.740	204.120
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-836	-6.382
Outros recebimentos / pagamentos		94.634	91.848
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		245.538	289.586
Fluxos de Caixa das Actividades Investimento			
Pagamentos de :			
Activos Fixos Tangíveis		-21.982	-291.439
Recebimentos de:			
Juros e Rendimentos Similares		37.637	78.912
Fluxos de Caixa das Actividades Investimento		15.655	-212.527
Variação de caixa e seus equivalentes		261.192	77.059
Efeitos das diferenças de câmbio			0
Caixa e seus equivalentes no início do período	a	7.541.596	7.464.537
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4; b	7.802.788	7.541.596

Notas:

a) O saldo inicial de caixa e equivalentes inclui o montante de 3.152.492 do Fundo Mutualista

b) O Saldo final de caixa e seus equivalentes incluem o montante de 4.356.728 euros do Fundo mutualista. O Fundo Mutualista tem sido considerado nos fluxos de caixa, atendendo a que á facilidade de movimentação dos montantes aplicados.

Em 2017 foi reclassificado para curto prazo atendendo a que á data de encerramento das contas já tinha sido pedido o resgate.

Contabilista Certificado	Comissão Executiva de Gestão	
18559	Bastonário	Presidente
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Prof. Pinto Hespanhol



Demonstração das alterações do fundos patrimoniais no período de 2017					
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no fundos	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro 2015	6.400.299	1.722.293	2.342.908	157.399	10.622.899
Posição em 01 de Janeiro de 2016	6.400.299	1.722.293	2.342.908	157.399	10.622.899
Resultados do exercício de 2015		157.399		-157.399	0
Outras variações				171.936	171.936
Posição a 31 de Dezembro de 2016	6.400.299	1.879.691	2.342.908	171.936	10.794.834
Posição a 01 de Janeiro de 2017(ESNL)	6.400.299	1.879.691	2.342.908	171.936	10.794.834
Resultado líquido do período de 2016		171.936		-171.936	0
Outras variações				44.210	44.210
Posição em 31 de Dezembro de 2017	6.400.299	2.051.627	2.342.908	44.210	10.839.045

Contabilista Certificado	Comissão Executiva de Gestão	
18559	Bastonário	Presidente
		
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Prof. Pinto Hespagnol



ANEXO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 – **Designação da Entidade:** Ordem dos Médicos – Fundo de Solidariedade

1.2 – **NIPC:**500984492

1.3 – **Sede:** Av. Almirante Gago Coutinho, nº 151 em Lisboa

1.4 – **Natureza da atividade:** O Fundo de Solidariedade da Ordem dos Médicos, destina-se a dar apoio através do Benefício de Solidariedade, a médicos ou seus descendentes, ascendentes e cônjuges. O referido benefício é atribuído a todos os médicos necessitados, desde que tenham a sua situação regularizada perante a Ordem. O Fundo de Solidariedade foi criado em 1988, pelo decreto-lei n.º 27/87, após a extinção da Caixa de Previdência dos Médicos e abrange os associados de todo o país.

A gestão corrente é assumida por uma Comissão Executiva que tem como atribuições apreciar os processos de candidatura e efetuar a gestão financeira e patrimonial do Fundo.

O Conselho Nacional da Ordem dos Médicos presta apoio administrativo e contabilístico e coordena e executa as tarefas inerentes a estas áreas.

1.5 – **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo decreto-lei nº36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho NCRF_ESNL
- Portaria 220/2015 de 24 de julho – modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Decreto-lei nº 98/2015, 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeira;
- Portaria 106/2011, 14 de março – Código de Contas;
- Aviso nº 6726-B/2011-14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria nº 986/2009, 07 de setembro,
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho- SNC



2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC

3.- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo de Solidariedade de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, segundo o método das quotas constantes.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios	Entre 25 e 50 anos
Benfeitorias	10 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 a 10 anos

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram a partir de 01/01/2016 reclassificadas para ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho.



Os edifícios que sofreram obras avultadas e que por esse facto a sua vida útil foi reposta, estimámos o período de vida útil em 50 anos, para os restantes edifícios que ainda necessitam de obras e benfeitorias elevadas considerámos 25 anos de vida útil.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos edifícios foram registados como gastos do exercício em que ocorrem.

IMPARIDADES DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas com vista a determinar se existe algum indicador de imparidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (rendas, juros bancários).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outras entidades são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixas e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo de empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Comissão de Gestão do Fundo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por



contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo de Solidariedade.

4 - FLUXOS DE CAIXA:

Os montantes inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários desagregam-se da seguinte forma:

Descrição	2017			2016		
	Activo corrente	Activo não corrente	Total	Activo corrente	Activo não corrente	Total
Caixa	1.500		1.500	1.500		1.500
Depósitos à ordem	1.342.561		1.342.561	1.287.604		1.287.604
Outros depósitos bancários	2.102.000		2.102.000	3.100.000		3.100.000
Fundo Mutualista	4.356.728		4.356.728	0	3.152.492	3.152.492
Total	7.802.788	0	7.802.788	4.389.104	3.152.492	7.541.596

Em 2017 o Fundo Mutualista foi reclassificado para o ativo corrente.



5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Até 31 de dezembro de 2017 e 2016 a entidade não procedeu a qualquer alteração de estimativas contabilísticas e erros.

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelo método das quotas constantes.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis	2016	Adições	Abate/ transferencias	2017
Terrenos e recursos naturais	683.985			683.985
Edifícios e outras construções	2.628.650	21.982		2.650.632
Equipamento administrativo	36.684			36.684
Edifícios e outras construções em curso				0
Ativo tangível bruto	3.349.319	21.982	0	3.371.301
Terrenos e recursos naturais				0
Edifícios e outras construções	367.078	123.494		490.572
Equipamento administrativo	36.684			36.684
Edifícios e outras construções em curso				0
Depreciações acumuladas				0
Depreciações acumuladas	403.762	123.494	0	527.256
Ativo tangível líquido	2.945.557	-101.512	0	2.844.045

- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de quota constante;
- Vidas úteis ou taxas de depreciação aplicadas; 50 anos, correspondendo a uma taxa de 2%;
- Vidas úteis ou taxas de depreciação aplicadas; 25 anos, correspondendo a uma taxa de 4%;
- Grandes reparações; 10 anos, correspondendo a uma taxa aplicada de 10%.



De seguida é apresentado o mapa com as quantias reconhecidas, nas demonstrações referentes aos rendimentos e respetivos gastos dos edifícios arrendados em 2017.

	Av. Almirante Reis	R. António Patrício	R. Marques Leitão	Total
Rendimentos:				
Rendas	119.407	57.008	42.603	219.018
Recuperação de despesas	0	0	617	617
Outros rendimentos	357	855	2	1.213
Total de Rendimentos (1)	119.763	57.862	43.222	220.848
Gastos:				
Trabalhos especializados	1.415	264	363	2.042
Conservação e reparação	5.181	3.182	2.843	11.206
Electricidade	1.290	37	82	1.409
Água	429	188	338	955
Seguro	1.274	966	966	3.206
Limpeza	6.001	1.054	1.054	8.109
Diversos	27	21	178	225
Amortizações	39.108	42.153	42.234	123.494
Taxas	464	6.348	4.923	11.736
outros	285	6	0	291
Total de Gastos (2)	55.473	54.220	52.980	162.674
RESULTADO (1-2)	64.290	3.642	-9.758	58.174

7 – INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	2017		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	637		637
TOTAL	637	0	637



Quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017
detalha-se conforme segue:

	2017
Saldo inicial	0
Compras	0
Doações	1.132
Saldo final	637
Gastos do período	495

8 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	2017	2016	Varição 17/16
Livros (Doados)	495		100,00%
Rendas Av Almirante Reis, 242	119.407	112.779	5,88%
Rendas Rua Patrício,22	57.008	64.265	-11,29%
Rua Marques Leitão, 27	42.603	43.097	-1,15%
Doações de livros para venda	1.132		
Quota parte das quotizações	150.836	155.668	-3,10%
Comparticipações das Regiões		176.448	-100,00%
Juros de depósitos	31.597	62.944	-49,80%
Outros	2.670	3.531	-24,37%
TOTAL	405.748	618.732	-34,42%



9 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2017	2016	Variação 17/16
Trabalhos especializados	2.042	95.661	-97,9%
Honorários	13.560	12.251	10,7%
Conservação e reparação	11.669	14.471	-19,4%
Serviços bancários	887	1.333	-33,5%
Ferramentas e utensílios	48	14	237,3%
Material de escritório	145	68	113,1%
Artigos de ofertas	416	350	100,0%
Electricidade	1.409	1.632	-13,6%
Água	955	1.266	-24,5%
Deslocações e estadas	1.950	993	96,4%
Comunicações	48	24	100,0%
Seguros	3.206	3.197	0,3%
Limpeza	8.148	6.463	26,1%
Total	44.482	137.723	-67,7%

Em 2016 na rubrica “trabalhos especializados” estão incluídos 91.635 euros, relativamente ao estudo Burnout.

10 – OUTROS GASTOS

O detalhe desta rubrica é apresentado como se segue:

	2017	2016
Impostos	15.104	8.812
Subsídios de assistência	157.908	149.694
Outros	6.982	16.179
TOTAL	179.993	174.685

11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não existe imposto sobre o rendimento.



12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

12.1 Entidades Associadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Entidades Associados” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Ativos		
Conselho Nacional		11.062
Região Norte	56.722	112.230
Região Sul	66.050	123.993
Região Centro	104.055	76.843
Total	226.826	324.129
Passivos		
Conselho Nacional	33.599	
Total	33.599	

Nesta rubrica são contabilizadas as operações com as Regiões e Conselho Nacional.

12.2 Outros ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “outros ativos e passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2017		2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativos				
Juros a receber	25.657	25.657	37.774	37.774
Saldo devedores de fornecedores	328	328		0
Fundo Mutualista	4.356.728	4.356.728		
Total	4.382.712	4.382.712	37.774	37.774
Passivos				
Credores por acréscimos	5.627	5.627	6.297	6.297
Outros credores	15.868	15.868	9.500	9.500
Saldo credores de clientes e utentes	440	440	925	925
Total	21.936	21.936	16.723	16.723
Total líquido	4.360.777	4.360.777	21.052	21.052



Em 2016 o “Fundo Mutualista” do Montepio Geral estava considerado no ativo não corrente e em 2017 foi reclassificado para ativo corrente.

Esta aplicação na Associação Mutualista Montepio Geral, sob a forma Modalidade Coletiva de Capitais Coletivos, foi em 2017 alvo de um processo de negociação, visando o seu reembolso total ou parcial, o que está previsto venha a acontecer a curto prazo.

12.3 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.500	1.500
Depósitos à ordem	1.342.561	1.287.604
Outros depósitos bancários	2.102.000	3.100.000
TOTAL	3.446.061	4.389.104

13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	10.960	10.722
Encargos sobre remunerações	2.114	2.256
Total	13.074	12.979

S.
M.



14 – OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Ativos		
Imposto sobre o rendimento capitais	836	6.382
Imposto sobre o rendimento prediais	6.170	4.431
Total	7.007	10.812
Passivos		
Retenção de impostos sobre rendimento	675	743
Total	675	743
Total líquido	6.332	10.070

14.2 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2017		2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativos				
Gastos a reconhecer				
Seguros	780	780	788	788
Total	780	780	788	788
Passivos				
Rendimentos a reconhecer	12.772	12.772	12.865	12.865
Total	12.772	12.772	12.865	12.865
Total líquido	-11.993	-11.993	-12.077	-12.077

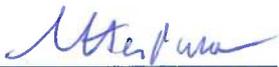


14.3 – Fundo Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fundo patrimonial” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Fundos	6.400.299	6.400.299
Resultados transitados	2.051.627	1.879.691
Outras variações do fundo patrimonial	2.342.908	2.342.908
Resultado líquido do período	44.210	171.936
Total do fundo patrimonial	10.839.045	10.794.835

Lisboa, 15 de Março de 2018

Contabilista Certificado	Comissão Executiva de Gestão	
18559	Bastonário	Presidente
		
Dr.ª Isabel Proença Adão	Dr. Miguel Guimarães	Prof. Pinto Hespanhol